AFRICA AUSTRAL HOJE



SADC Hoje, Vol 18 No. 6 Outubro 2016





POLÍTICA SEGURANÇA ALIMENTAR 4-5 **MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS** INOVAÇÃO 5 **PUBLICAÇÕES** 8 **ENERGIA RENOVÁVEL** 9-10 **GÉNERO** 11 **ELEIÇÕES** 12-13 **CULTURA** 14 **EVENTOS** 15 HISTÓRIA HOJE 16 por Kizito Sikuka

AS ASPIRAÇÕES da África Austral estão claramente apresentadas na Declaração e Tratado que cria a comunidade partilhada da SADC.

...da "intenção à prática"

As aspirações são uma região unida, próspera e integrada.

Na prossecução destas metas, os Estados Membros da SADC assinaram vários protocolos e outros documentos políticos em v]arias áreas importantes desde o comércio e investimentos, paz e segurança, até recursos naturais transfronteiriços e empoderamento de mulher e jovens.

De facto, desde a transformação da SADC em 1992 daquilo que era a Conferencia de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), foram assinados um total de 33 protocolos pelos Estados Membros para impulsionar a Agenda de Integração Regional (veja abaixo a situação dos 33 Protocolos assinados pela SADC).

Contudo, nem todos os Protocolos foram ratificados para tirar as Leis Regionais da situação de meras intensões para o estágio de aplicação prática a nível nacional.

De acordo com o estatuto legal da SADC, qualquer protocolo regional assinado deve ser ratificado pelos Estados Membros para que entre em vigor a nível nacional nos 15 Estados Membros.

É necessário que pelo menos dois terços (10) dos Estados Membros ratifiquem um Protocolo para que o mesmo entre em vigor.

O processo de aprovação de um instrumento regional legal requer, primeiro a assinatura e depois a ratificação – processo que difere de País para País, havendo casos de Países que precisam de uma aprovação pelo Parlamento.

Os líderes da África Austral reunidos na sua 36ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo realizada no Reino da Swazilândia nos dias 30 e 31 de Agosto, expressaram preocupação pela lentidão no avanço da integração que continua a ser uma mera intensão estando ainda longe da aplicação prática.

A lenta implementação de documentos estratégicos por parte dos Países da SADC afecta a integração regional, fazendo com que muita gente na região não tirem os benefícios de fazerem parte de uma comunidade partilhada na África Austral.

continua na página 2...

Tempo de avançar para a integração regional ...da "intenção à prática"

"A Cimeira analisou a situação das assinaturas, ratificação e adesão aos Protocolos da SADC, tendo constatado que 26 já estão em vigor enquanto sete ainda não estão a vigorar", lê-se numa das passagens do Comunicado emitido pelo líderes logo após a Cimeira.

Os líderes "apelaram aos Estados Membros para ratificarem esses protocolos" para assegurar que as aspirações da SADC sejam alcançadas.

Os sete Protocolos que ainda estão por ser ratificados pelos Estados Membros são:

- Protocolo sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em 2008.O protocolo visa promover o desenvolvimento e harmonização da Ciência, Tecnologia e Políticas de Inovação, estimulando o investimento na pesquisa e desenvolvimento de sensibilização pública sobre a Ciência e Tecnologia;
- Protocolo sobre a Facilitação do Movimento de Pessoas, assinado em 2005. O protocolo concretizar procura Objectivos do Tratado da SADC, que, no geral, solicita os Estados Membros desenvolverem políticas para a eliminação progressiva dos obstáculos que impedem a livre circulação de capital, força de trabalho, bens e serviços e das pessoas da região no seio dos Estados Membros;
- Protocolo sobre o Comércio de Serviços, assinado em 2012. O protocolo serve de base para o estabelecimento de mercado regional de serviços integrados" aue desbloquear o potencial do mercado de serviços da região para que os empresários e os consumidores tiveram das vantagens totais oportunidades apresentadas comunidade por uma partilhada na SADC;
- Protocolo sobre a Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, assinado em 2014. Este protocolo visa harmonizar todos os instrumentos legais existentes que tratam de assuntos ambientais;
- Protocolo sobre Emprego e

- Trabalho, assinado em 2014. O protocolo reconhece a importância de negociações no trabalho coletivo; diálogo social e consultas entre os operários, sindicatos dos trabalhadores e o governo, igualdade de tratamento e protecção social para os trabalhadores e suas famílias na região;
- Novo Protocolo sobre o Tribunal da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, assinado em 2014. Este protocolo especifica que o novo Tribunal Jurisdicional será criado para assessorar na interpretação do Tratado da SADC e de quaisquer outros protocolos adoptados pelos Estados Membros; e o
- Acordo de Assistência em Assuntos de Impostos, assinado em 2012. Este acordo solicita aos Estados Membros a elaborarem directrizes para a trica de informação e implementação de procedimentos de acordos mútuos.

A 36ª Cimeira também apelou aos Estados Membros a continuarem a intensificar esforços para a implementação das várias actividades, programas e projectos regionais para assegurar o desenvolvimento económico.

Estes incluem o Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas da SADC (RIDMP), a Estratégia e o Roteiro de Industrialização da SADC e o novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional.

Por exemplo, a implementação do Plano do Sector de Energia do RIDMP permitirá aumentar a capacidade de produção de energia da SADC doa actuais 56.000 megawatts (MW) e assegurar as necessidades projectadas de 96.000 MW dentro dos próximos 11 anos, tornando a SADC numa região autosuficiente em energia.

O Tema para a 36ª Cimeira da SADC foi "Mobilização de Recursos para Investimentos em Infra-Estruturas Sustentáveis de Energia para uma industrialização Inclusiva para a Prosperidade da Região da SADC".

□

Situação	dos 33	Protocolo	os assinados	pela SADC
J. Caaçao	0.0000		22 4221114452	P C 101 37 12 C

Protocolo	Ano da Assinatura	Ano da Ratificação
Protocolo contra a Corrupção	2001	2005
Protocolo sobre o Combate do Tráfico Ilícito de Drogas	1996	1999
Protocolo sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e outros Materiais letais	2001	2004
Protocolo sobre Cultura, Informação e Desporto	2001	2006
Protocolo sobre Educação e Formação	1997	2000
Protocolo sobre Energia	1996	1998
Protocolo sobre Extradição	2002	2006
Protocolo sobre Finanças e Investimentos	2006	2010
Protocolo sobre Pescas	2001	2003
Protocolo sobre Florestas	2002	2009
Protocolo sobre o Género e Desenvolvimento	2008	2013
Protocolo sobre a Saúde	1999	2004
Protocolo do Tratado da SDAC que estabelece Privilégios e Imunidade	1992	1993
Protocolo sobre Assuntos Legais	2000	2006
Protocolo sobre Assistência Legal Mútua em Assuntos Criminais	2002	2007
Protocolo sobre Minas	1997	2000
Protocolo sobre Política, Defesa e Segurança	2001	2004
Protocolo revisto sobre os Recursos Hídricos Partilhados	2000	2003
Protocolo sobre o Desenvolvimento do Turismo	1998	2002
Protocolo sobre o Comércio	1996	1998
Protocolo sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia	1996	1998
Protocolo sobre Sistemas Hídricos Partilhados	1995	1998
Protocolo sobre os Tribunais e Regulamentos	2001	2001
Protocolo sobre a Conservação da Fauna Bravia	1999	2003
Acordo sobre a emenda do Artigo 20 do Protocolo sobre o Comércio	2008	2008
Protocolo sobre o Tribunal	2014	2014
Protocolo sobre Ciência, Tecnologia e Inovação	2008	-
Protocolo sobre a facilitação do Movimento de Pessoas	2005	_
Protocolo sobre o Comércio de Serviços	2012	_
Protocolo sobre a Gestão do Meio Ambiente	2014	_
Protocolo sobre Emprego e Trabalho	2014	
Novo Protocolo sobre o Tribunal da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral	2014	-
Acordo de Assistência em Assuntos de Impostos	2012	-

Nova Estrutura de Governação Política da SADC

A 36a Cimeira da SADC elegeu novos membros para a sua estrutura de Governação política para liderar a Agenda de Integração no próximo ano.

A Cimeira da SADC, composta pelos Chefes de Estado e de Governo dos 15 Estados Membros será presidida pelo Rei Mswati III da Swazilândia.

A Cimeira da SADC é responsável pela orientação política e controlo das actividades da comunidade, tomando as principais decisões políticas da SADC. è gerida no sistema de Troika composta pelo Presidente, vice-presidente e o presidente cessante.

Deste modo, a Troka da Cimeira é agora composta pelo Rei Mswati III (actual Presidente), Presidente Jacob Zuma, da África do Sul (vice-presidente), e Presidente do Botswana, Seretse Khama Ian Khama (presidente cessante).

O Sistema de Troika permite que este grupo de três líderes tome decisões rápidas em nome da SADC durante encontros regulares e também efectuam uma orientação política das diversas áreas da SADC durante o período que separa as Cimeiras regulares da SADC.

O Órgão de Cooperação da Política de Defesa e Segurança, que também funciona num sistema de Troika, será presidido pelo Presidente da Tanzânia, John Magufuli

O Órgão tem o mandato de orientar os Estados membros a resolver os assuntos que ameaçam a paz, segurança e estabilidade na região.

É coordenado a nível de Cimeira, composto por um Presidente, vice Presidente e o presidente cessante, prestando contas ao Presidente da SADC.

O Presidente José Eduardo Dos Santos, de Angola, é o vice presidente do órgão, enquanto o Presidente Moçambicano, Filipe Nyusi, é o presidente cessante.

A Cimeira da SADC e o Órgão da Troika são mutuamente exclusivos, e o Presidente do Órgão não é simultaneamente Presidente da Cimeira. Tal como o Presidência da Cimeira, o Órgão da Troika tem uma presidência anual rotativa.

Orçamento do Plano de Acção para a Industrialização será concluído no início de 2017

OS LÍDERES DA ÁFRICA AUSTRAL vão realizar uma Cimeira Extraordinária no primeiro trimestre de 2017 para finalizar o orçamento do Plano de Acção para a Agenda Regional de Industrialização.

Reunidos na sua 36ª Cimeira Ordinária em Agosto, em Mbabane, Swazilândia, Os Chefes de Estado e de Governo e o Conselho de Ministros instruíram o Secretariado da SADC para finalizar o actual processo de orçamentação da Estratégia e Roteiro de Industrialização 2015-2063.

"O Conselho recebeu o relatório de progresso sobre o indicativo orçamento Estratégia e Plano de Acção para a industrialização da SADC e instruiu Secretariado para finalizar o processo em consulta com os Estados Membros para que o mesmo seja apreciado na Cimeira Extraordinária do Conselho em Fevereiro/Março de 2017", afirmou o Presidente Conselho, Hlangusemphi.

A SADC iniciou em Agosto de 2015 o processo de elaboração do orçamento para o Plano de Acção da Estratégia e Roteiro de Industrialização, que foi adoptado em Abril de 2015 para permitir que região tire proveito do potencial total dos seus vastos e diversificados recursos naturais.

O Plano de Acção procura estabelecer um sistema coerente e sinergias contendo opções estratégicas e políticas gerais para o alcance progressivo das metas constantes na estratégia e o respectivo roteiro.

O plano irá focalizar os primeiros 15 anos do cronograma da estratégia, e tem por objectivo permitir um ambiente para o desenvolvimento industrial sustentável como um dinamizador da transformação económica, e permitir o estabelecimento de uma aliança para a industrialização composta pelos sectores público e privado bem como parceiros estratégicos.

A Estratégia e o Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063 foi desenvolvida como um plano inclusivo de longo prazo para a modernização e transformação económica que deverá permitir um desenvolvimento económico substancial e sustentado para elevar o nível de vida.

Está ancorado em três pilares estratégicos interdependentes: a industrialização como um vector da transformação económica; Competitividade; e uma integração regional mais profunda.

As intervenções estratégicas para cada um destes pilares são propostas no plano de acção.

Estas incluem um ambiente político melhorado para o desenvolvimento industrial, o aumento do volume e da eficiência dos investimentos dos sectores público e privado na economia da SADC, a criação de cadeias de valor regionais e a participação em processos globais relacionados, bem como o aumento do valor acrescentado para produtos agrícolas e não agrícolas e serviços.

A fim de melhorar o ambiente operacional, há planos para desenvolver e operacionalizar um Protocolo sobre a Indústria até 2020, o que deverá conduzir ao desenvolvimento de políticas e estratégias de industrialização a nível nacional.

Nos casos em que os Estados-Membros já possuem tais políticas e estratégias, estas devem ser revistas e alinhadas com a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC.

Os Estados-Membros serão obrigados a desenvolver programas nacionais de actualização e modernização industriais (IUMP) até 2018 e implementálos até 2020.

Estas devem estar em sintonia com o IUMP da SADC, que serve de base para uma abordagem sectorial da industrialização na região, centrada na modernização das capacidades de produção existentes, na modernização das instalações produtivas, no reforço das infra-estruturas de apoio institucional e no reforço das capacidades regionais de investigação, desenvolvimento e inovação.

Há também uma meta de aumentar progressivamente a parte do investimento doméstico bruto ao produto interno bruto a 25 por cento em 2020 e a 30 por cento por 2025.

Para atingir estas metas, existem planos para desenvolver uma Estrutura de Promoção de Investimento da SADC, bem como um Programa de Acção Regional de Investimento da SADC para o acompanhar.

Para incentivar a criação de cadeias regionais de valor e a participação em processos globais, a região identificou cinco áreas prioritárias nas quais as cadeias de valor podem ser estabelecidas e para as quais estratégias regionais devem ser desenvolvidas até 2020.

Estas áreas são as de agrop r o c e s s a m e n t , aproveitamento dos minerais, bens de consumo, bens de capital e serviços.

Propõe-se um estudo detalhado da cadeia de valor para produtos ou serviços específicos nas áreas prioritárias.

Como parte do processo de promoção da participação da cadeia de valor, há planos para desenvolver legislação e regulamentos modelo para o processamento agro-industrial intra-SADC, aproveitamento de minerais e outras actividades e serviços de manufatura.

A redução ou remoção de impedimentos estruturais para a industrialização é outra meta perseguida pela SADC. Neste contexto, é necessário melhorar a capacidade de produção de energia e facilitar o aumento do desenvolvimento e utilização de fontes de energia renováveis, bem como assegurar um abastecimento adequado de água.

É igualmente necessário reduzir os atrasos nos portos e nos postos fronteiriços e encurtar a duração da circulação transfronteiriça de mercadorias na região da SADC. Tal implicará uma harmonização dos procedimentos de passagem de fronteiras na SADC até 2020.

O plano de acção propõe também um papel activo para as Pequenas e Médias Empresas (PME) na agenda de industrialização da SADC. As PME são uma variável importante nos planos de desenvolvimento da SADC, representando 90% de todas as empresas e representando mais de 50% do emprego. □



por Kizito Sikuka

A SITUAÇÃO DE segurança alimentar na África Austral foi afectada por vários factores nos últimos anos, dificultando os esforços para aprofundar a integração e promover o desenvolvimento sustentável.

De acordo com os Sistemas de Aviso Prévio e de Vulnerabilidade da SADC, pelo menos 27 milhões de pessoas - cerca de nove por cento da população da região - encontram-se numa situação de insegurança alimentar este ano devido a baixa produtividade na campanha agrícola 2015/2016.

À fraca produção foi causada bem parte pela escassez de precipitação, motivada pela predominância de forte El Niño jamais registado na África Austral nos últimos 35 anos.

Então, o que é que a SADC está a fazer para enfrentar sua situação de segurança alimentar e garantir um desenvolvimento sustentável?

A região criou uma equipe regional de resposta ao El-Niño para coordenar uma resposta regional aos impactos do fenômeno El-Niño 2015/2016 sobre os meios de subsistência em estreita colaboração com os Estados membros.

A Equipa de Resposta ao El Niño da SADC foi criada em Maio, na sequência de uma directiva do Conselho de Ministros da SADC que se reuniu nos meados de Março.

Até agora, a equipe preparou um apelo regional à seca para obter ajuda com o objectivo de mobilizar recursos para atender às necessidades das pessoas que precisam de apoio humanitário na região.

O Presidente Seretse Khama Ian Khama, do Botswana, lançou o apelo regional no valor de 2,7 biliões de dólares norteamericanos.

Até à data, recursos significativos foram realizados desde que o apelo foi lançado em Iulho.

"Após o lançamento do apelo, a região recebeu assistência e promessas de vários parceiros, incluindo a União Europeia, Estados Unidos e Japão", disse a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax.

A SADC também adoptou uma série de outras medidas para revolucionar o sector agrícola, que contribui com quatro a 27% do produto interno bruto regional e cerca de 13% do total das receitas de exportação.

As medidas incluem a promoção do investimento na investigação e um melhor acesso aos recursos financeiros para os pequenos agricultores.

Outras estratégias são a adopção de medidas para fortalecer a capacidade de disseminação de tecnologias de pesquisa para os agricultores, particularmente os pequenos agricultores, que compõem a maioria dos agricultores da região.

O acesso a essas informações é fundamental para fins de planeamento, especialmente quando os agricultores querem diversificar para novas culturas ou gado. No que se refere ao desenvolvimento das infraestruturas hídricas, a SADC está a investir na irrigação para permitir aos agricultores cultivarem durante todo o ano e não dependerem apenas das condições climáticas.

Há um vasto potencial para a irrigação na SADC, uma vez que a região é dotada de grandes cursos de água, como os rios Congo, Zambeze, Kavango, Orange-Senqu e Limpopo.

O Plano Sectorial da Água do Plano Diretor de Desenvolvimento de Infraestrutura Regional da SADC contém um total de 34 projectos de infra-estrutura visando melhorar o acesso à água na região.

A nível nacional, vários Estados-Membros da SADC estão a capacitar os seus agricultores a adoptarem novas tecnologias e a garantir que obtenham um aumento da produtividade por unidade de superfície de terra, em vez de aumentar a área de terras cultivadas.

Os países também estão a melhorar as suas instalações de armazenamento para permitir que os agricultores armazenem a sua colheita para utilização em épocas pobres. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), as perdas de colheitas pós-colheita são estimadas em 40% na África Austral.

A SADC finalizou a Política Agrícola Regional que foi adoptada em 2014. O plano visa garantir a segurança alimentar a longo prazo e a redução da vulnerabilidade social e económica da população da região, através do reforço da produção agrícola sustentável nas condições socioeconómicas e climáticas em mudança.

SADC cria instituto de águas subterrâneas

A SADC criou um centro regional de excelência sobre águas subterrâneas que servirá de plataforma para a implementação do Programa de Gestão Sustentável das Águas Subterrâneas nos Estados Membros da SADC.

O Instituto de Gestão de Águas Subterrâneas da SADC (SADC-GMI) é organizado pela Universidade do Estado Livre em Bloemfontein, África do Sul, em nome e sob a orientação estratégica da Direcção de Infra-estruturas e Serviços do Secretariado da SADC.

O SADC-GMI foi lançado a 20 de Setembro, durante uma cerimónia assistida por representantes dos Ministérios Responsáveis pela Água nos Estados-Membros da SADC.

O Centro colaborará com os Estados-Membros na promoção da gestão sustentável das águas subterrâneas e na concepção de soluções para os desafios das águas subterrâneas na região da SADC, através da criação de intervenções de capacidade, formação, investigação, apoio ao desenvolvimento das infraestruturas e diálogo e intercâmbio de informações sobre as águas subterrâneas.

Uma das prioridades imediatas do SADC-GMI será a de aproveitar as realizações anteriores e em curso relacionadas com a gestão das águas subterrâneas na região.

O Diretor do SADC-GMI, James Sauramba, disse que a sua visão é garantir que as questões de gestão das águas subterrâneas sejam concedidas igual prioridade em discursos nacionais e internacionais de gestão de água e destacada em legislação ou políticas de água na África Austral.





A ALIMENTAR

Especialistas meteorológicos regionais prognosticam boas chuvas nesta época

por Admire Ndhlovu

A PREVISÃO para época 2016/2017 na África Austral indica que a maior parte da região poderá receber chuvas adequadas após dois anos sucessivos de secas debilitantes.

No período de Outubro a Dezembro, espera-se que a maior parte da região receba uma quantidade elevada de chuva, caracterizada como precipitação "normal com tendência para acima do normal", e esta deverá continuar na maior parte da região em Janeiro a Março de 2017, de acordo com Uma declaração do 20° Fórum Regional da África Austral para a Previsão Climática (SARCOF-20).

No entanto, a parte norte da região pode esperar uma precipitação "normal com tendência para abaixo do normal" no início e no final deste período, compreendendo a parte mais ao norte da República Democrática do Congo (RDC), o norte de Angola, a maior parte da Tanzânia, Ilha das Seychelles e Madagáscar oriental.

O período de Novembro a Janeiro poderá registar uma redução nas chuvas em algumas partes da região, incluindo Botswana ocidental, RDC oriental, Norte de Moçambique, Zâmbia ocidental, e sul da Tanzânia.

Os padrões de precipitação previstos são apresentados com mapas que mostram toda a região da SADC recebendo chuvas normais com tendência para acima do normal durante o período de Dezembro de 2016 a Fevereiro de 2017, com a exceção do leste da Tanzânia e do leste de Madagáscar.

No entanto, há muitas vezes um período de seca em Janeiro, e a próxima temporada deve ser caracterizada por um período c curto de seca na maior parte da região.

Durante o período de Janeiro a Março de 2017, as chuvas devem diminuir na parte norte da região, bem como nas partes sul do Zimbabwe e Moçambique, no leste do Botswana e no norte e centro da África do Sul.

Estas previsões oferecem uma estimativa informada e não abordam a consistência da precipitação durante estes períodos.

A previsão foi formulada por cientistas climáticos dos Serviços Meteorológicos e / ou Hidrológicos Nacionais dos 15 Estados Membros da SADC e do Centro de Serviços Climáticos da SADC, com contribuições adicionais de outros centros mundiais de previsão climática.

Na sua declaração observam que a previsão é relevante apenas para escalas temporais sazonais e áreas relativamente grandes e pode não ter em conta todos os factores locais e intrasazonais que influenciam a variabilidade climática, que podem ser interpretados e actualizados pelos serviços meteorológicos e hidrológicos nacionais.

O SARCOF reúne-se todos os anos em Agosto para analisar a estação das chuvas na SADC e debater os potenciais impactos da perspectiva climática sazonal consensual sobre outros sectores socioeconómicos, incluindo gestão de risco de desastres, segurança alimentar, saúde, recursos hídricos e gestão hidroeléctrica.

A declaração dos cientistas do clima refere que eles "levaram em conta factores oceânicos e atmosféricos que influenciam o nosso clima sobre a região da SADC. Em particular, o El Niño-Oscilação do Sul está previsto para transitar do quente, através da fase neutra, para o frio, também conhecido como La Niña, durante a maior parte da época chuvas.

Muitas regiões dos trópicos e subtropicais globais exibem anomalias climáticas que se correlacionam com a Oscilação do Sul de El Niño, um fenômeno que ocorre naturalmente e que envolve a flutuação das temperaturas oceânicas no Pacífico equatorial.

Na África Austral, um evento El Niño é caracterizado pela seca, enquanto La Niña está associada a condições húmidas e inundações.

Enquanto espera-se que a umidade aumentada do solo melhore a produtividade da colheita, há um risco de inundações que podem destruir colheitas e ter impacto na segurança alimentar. Os danos à infra-estrutura são possíveis. O aumento da incidência da malária e das doenças transmitidas pela água está frequentemente associado a uma maior precipitação.

Moçambique, por exemplo, enfrenta riscos ciclónicos devido ao aumento dos ciclones tropicais que se formam no Canal de Moçambique, com uma possibilidade de deslocamento de pessoas.

Os governos da região estão tomando medidas proactivas para se prepararem para a mudança nos padrões de chuvas e seu impacto nos meios de vida e nos sectores económicos.

Organizações de bacias hidrográficas, como a Comissão do Zambeze, a Comissão do Curso de Água do Limpopo e a Comissão do Rio Orange-Senqu estão a reforçar a partilha de dados e informação, crucial para o aviso prévio e preparação, especialmente no caso de inundações. As comissões já criaram sistemas de partilha de dados e informação.

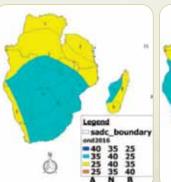
A nível regional, o Centro de Serviços Climáticos da SADC está a criar um Centro de Processamento de Dados Climáticos para fornecer informações de aviso prévio oportunos, tais como previsão de inundações e previsões de secas, início da estação chuvosa, bem como alertas e informações climáticas.

Estes são fundamentais no desenvolvimento de sistemas eficazes de alerta de seca e inundação para maximizar a oportunidade para a implementação de estratégias de resposta destinadas a melhorar a segurança da vida e de propriedadee e reduzir danos evitáveis resultantes de inundação.

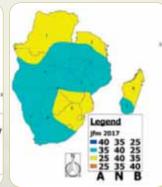
Eventos climáticos como El Niño e La Niña são um fenómeno de evolução lenta, cujo pico pode ser previsto meses antes. Fornecer aconselhamento e avisos prévios pode ajudar a reduzir a vulnerabilidade aos impactos. sardc.net

Tornecer aconselhamento e avisos prévios pode ajudar a reduzir a vulnerabilidade aos impactos.





Previsão de chuvas para Janeiro-Março 2017



* A - Acima do Normal; N – Normal; B -Abaixo do Normal ** Os dados mostram a previsão (% possibilidade) de chuvas Acima do Normal, Normal ou Abaixo do Normal em cada região



por Joseph Ngwawi

O PRESIDENTE DA SADC, Rei Mswati III, do Reino da Swazilândia, assumiu compromisso de promover a finalização da criação de um fundo para assegurar sustentabilidade da agenda de integração regional.

O Rei Mswati III disse que usaria o seu mandato para assegurar que "as numerosas iniciativas lançadas pela SADC ao longo dos anos se tornaram uma realidade para o benefício de nossos povos".

Num discurso de aceitação logo após assumir a Presidência da SADC antes detida pelo Presidente Seretse Khama Ian Khama, do Botswana, o Rei Mswati III disse que a falta de recursos impede o pleno aproveitamento do potencial da SADC.

'Chegamos a um momento em que, como Estados-Membros, temos que demonstrar empenhamento em atingir os nossos objectivos, contribuindo para um fundo que sirva de capital de arranque para os nossos programas e projectos dos sectores", vários afirmou, referindo-se ao proposto Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC que tem estado a ser discutido há vários anos.

Ele disse que, quando estiver operacional, o fundo será usado como "colateral uma vez que nós mobilizar procuramos financiamento de fontes externas para implementar projetos de infra-estrutura na região."

Durante o seu mandato como Presidente da SADC, Swazilândia pretende concentrarse na obtenção de recursos dos Estados Membros da SADC e dos Cooperantes Internacionais (ICPs).

A questão de um mecanismo de financiamento sustentável para a agenda de integração regional da SADC remonta a 2006, quando os líderes da região reconheceram que a marcha para a integração regional tem sido laboriosamente lenta e requer um maior empenho dos Estados membros para atingir o objectivo de um Futuro da África Austral.

Dez anos depois, a questão é ainda relevante, mas agora está sendo abordada com mais vigor.

O Rei Mswati III disse que é importante que os Estados Membros operacionalizem o projecto de Fundo Desenvolvimento Regional da SADC para garantir que a região seja capaz de assumir plenamente a sua agenda de integração, que actualmente depende do apoio externo.

Estima-se que apenas nove por cento dos projectos regionais sejam actualmente financiados pelos Estados-Membros SADC, enquanto o saldo de 91 por cento provém de ICPs. Esta compromete situação apropriação e a sustentabilidade dos programas regionais.

'Nós, portanto, temos que falar com uma só voz na mobilização de recursos. Dizem que uma forca unificada é mais forte do que uma força unilateral. A SADC representa uma força unificada, por isso esperamos que possamos fortalecer as nossas capacidades e falar como uma família ", disse ele.

Durante os últimos anos, a região tem prosseguido vigorosamente uma agenda de integração económica envolve a implementação da Estratégia e o Roteiro de Industrialização da SADC e do Plano Director Desenvolvimento de Infraestruturas Regionais da SADC.

A implementação de ambos os documentos estratégicos requer vários biliões de dólares, fundos que a região tem lutado para aumentar nos últimos anos.

De acordo com um documento divulgado na 33ª Cimeira da SADC, realizada em Lilongwe, Malawi, em Agosto de 2013, alguns trabalhos preliminares foram feitos no que diz respeito ao estabelecimento do fundo.

Na altura, havia sugestões de que os Estados Membros deveriam deter 51% das acções da instituição, contra 37% para o sector privado e 12% para os ICPs.

Também foi proposto que o fundo teria um capital inicial de 1,2 bilião de dólares norte-americanos, com os estados membros esperados para contribuir com 612 milhões de dólares norteamericanos, enquanto o sector privado contribuiria com 444 milhões de dólares norteamericanos do capital social e os ICPs 144 milhões de dólares norteamericanos.

Nos termos da proposta, a subscrição de acções seria efectuada em cinco anos, em prestações iguais. A primeira subscrição seria feita dentro do primeiro ano da entrada em vigor do Fundo.

Quaisquer acções subscritas até ao final do quinto ano seriam reafectadas a outros Estados-Membros com base na capacidade de pagamento.

A proposta indicava que os primeiros 25 por cento das acções fossem divididas em partes iguais entre os Estados-Membros e os membros seriam obrigados a contribuir. Os 26% restantes seriam alocados com base na capacidade económica.

Para além da criação do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC, a região está também a envolver consultores desenvolver um Quadro de Mobilização de Recursos da SADC (Fontes Alternativas de Financiamento dos Programas Regionais da SADC).

O quadro explorará sete fontes de financiamento alternativas diferentes, corelacionadas, para determinar como é que um espaço fiscal poderia ser criado para permitir que os Estados Membros da SADC financiem programas, projetos e actividades regionais.

As fontes possíveis incluem reduzir como fluxos OS financeiros ilícitos (IFFs); A criação de um sistema regional de loteria; E aproveitar os recursos de uma rede de filantropia proposta e banco de dados de empresas do setor privado.

Estima-se que a África perca anualmente recursos estimados em 150 biliões de dólares norteamericanos através de IFFs ou "fuga ilícita de capital", principalmente por meio da evasão fiscal e da falta de preços de bens e serviços por empresas multinacionais, segundo um estudo recente encomendado pela União Africana.

Universidade regional da SADC sobre inovação

A ÁFRICA AUSTRAL poderá ter em breve uma instituição para formar cidadãos em inovação e empreendedorismo à medida que a região intensifica os seus esforços para se transformar numa região industrializada.

A Universidade de Transformação da SADC é uma das iniciativas propostas pelo novo Presidente da SADC, O Rei Mswati III da Swazilândia, para melhorar a produtividade industrial.

Ele disse que o estabelecimento da universidade "será o próximo marco na nossa jornada que começou em 1980."

"A Universidade para a Transformação vai fornecer educação e formação, utilizando o modelo técnico de ensino profissional de formação", disse o Rei Mswati III.

"Esta iniciativa dará nova esperança e oportunidade para nossa juventude e para as nossas mulheres. A intenção é ter os primeiros estudantes antes da 37ª Cimeira da SADC em 2017."

A proposta universidade será uma intervenção atempada que deverá complementar a Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC 2015-2063.

A estratégia e o seu roteiro estão a ser implementados em três fases, abrangendo três pilares principais: industrialização,

competitividade e integração regional.

A primeira fase abrange o período entre 2015 e 2020. A segunda fase cobre um período de 30 anos de 2021-2050, enquanto a fase final vai ocorrer entre 2051 e 2063, alinhada com a Agenda 2063 da União Africana.

A primeira fase da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC envolverá a implementação de medidas para transformar a base produtiva da região, bem como para elevar a qualidade do capital humano e da produtividade.

A SWAZILÂNDIA prometeu oferecer bolsas para 300 estudantes para a admissão inicial na proposta universidade - 20 estudantes por cada Estado membro.

As intervenções propostas durante esta fase incluirão a modernização da indústria e das estruturas de apoio; Medidas destinadas a melhorar as capacidades científicas, tecnológicas, de engenharia e de investigação dos Estados-Membros; desenvolvimento de habilidades: Reformas institucionais; e adopção de políticas macroeconómicas conducentes desenvolvimento industrial.

Prevê-se que a economia da SADC passe de uma abordagem baseada em factores para uma gestão baseada na eficiência durante a segunda fase.

As medidas incidirão na diversificação e na produtividade dos sectores e no aumento da competitividade da região.

Isso envolverá a introdução de políticas voltadas para as indústrias agroalimentares; Introdução de cadeias de valor envolvendo o sector agrícola; aproveitamento de minerais; produtos farmacêuticos; e a transformação das Pequenas e Médias Empresas (PME).

As intervenções específicas propostas durante esta fase incluirão a introdução de tecnologia avançada projectos de processamento agroalimentar; Desenvolvimento de sectores agroindustriais; promoção de cadeias de valor priorização regionais; aproveitamento mineral; desenvolvimento dos sectores industriais de minerais; apoio às PME mineiras; e acesso ao financiamento.

Durante a terceira e última fase, a economia regional poderá ser transformada ainda mais, com base em altos níveis de inovação e sofisticação dos negócios.

Isso exigirá um maior investimento no conhecimento,

no desenvolvimento de competências únicas, no fomento da inovação, bem como na promoção da competitividade e no aprofundamento da cultura empresarial.

O Rei Mswati III observou que a proposta universidade irá percorrer um longo caminho no apoio à implementação da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC, bem como outras iniciativas de integração regional na África Austral.

Ele disse que é importante que a região adopte "processos de pensamento que incentivem o pensamento positivo, como a estratégia de Economia Azul".

A SADC está considerando estratégias para abraçar o conceito de economia azul que conceitua os oceanos como "espaços de desenvolvimento" onde o planeamento coordenado integra a conservação, o uso sustentável, a extração de petróleo e de riqueza mineral e o transporte marítimo.

O conceito de economia azul é uma iniciativa pioneira dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), mas também relevante para os estados costeiros com interesse em águas além da jurisdição nacional.

O conceito enfatiza a conservação e o maneio sustentável dos oceanos e complementa a economia verde. Reconhece a produtividade de ecossistemas oceânicos saudáveis como forma de salvaguardar economias sustentáveis baseadas no oceano, bem como para garantir que os SIDS e outros países costeiros beneficiem dos seus recursos marinhos.

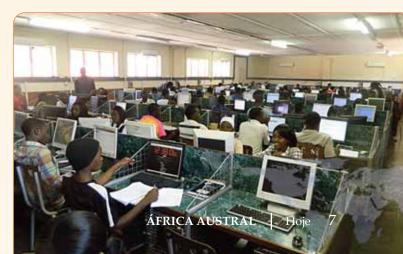
A protecção e a regeneração dos recursos marinhos são questões prioritárias para os Estados costeiros cujos recursos marinhos contribuem significativamente para o bemestar socioeconómico do país.

O conceito é adequado à região da SADC, uma vez que mais da metade dos seus 15 Estados-Membros são países costeiros ou oceânicos.

Oito Estados-Membros da SADC são Estados costeiros ou oceânicos - Angola, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul e República Unida da Tanzânia.

A estratégia de desenvolvimento da economia azul é oportuna para a região da SADC, que testemunhou descobertas significativas de grandes reservas de petróleo e gás natural em Moçambique, Namíbia e Tanzânia durante os últimos anos.

Recentes descobertas de reservas de gás natural em vários países da África Austral apontam para um enorme potencial de exploração do recurso numa região que actualmente enfrenta um défice energético.



SADC lança novas publicações que acompanham a integração regional

O ACCESSO À informação factual e credível é fundamental para o alcance da integração regional e desenvolvimento sustentável, disse a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence durante o lançamento oficial de quatro novas publicações da SADC durante a 36ª Cimeira da SADC realizada no Reino da Swazilândia.

disse disponibilidade da informação permite que os cidadãos participem na agenda integração educando-se informando-se sobre benefícios de pertencer a uma comunidade partilhada da África

"Este é um momento emocionante e de orgulho para a à medida apresentamos novas publicações que visam capacitar os cidadãos da SADC e parceiros regionais e obterem internacionais informações corretas actualizadas sobre os avanços na implementação de programas regionais em termos realizações e das questões emergentes sobre a agenda de integração regional ", disse a Dra.

"As publicações também devem fornecer informações necessárias para orientar a tomada de decisão informada e reorientação dos esforços para aumentar o impacto e criar valor para o dinheiro", disse ela.

As quatro publicações que foram lançadas lidam com energia, género, tráfico de gestão pessoas e transformação económica.

O Monitor de Energia da SADC, o primeiro do género na África Austral, documenta os progressos realizados pelos Estados-Membros implementação das políticas e iniciativas energéticas da SADC, incluindo o Protocolo da SADC sobre Energia.

A publicação centra-se nos principais sectores



importância para a SADC - electricidade, energia renovável / eficiência energética e petróleo e gás - e mostra que os Estados-Membros realizaram

progressos significativos na implementação de políticas para enfrentar a situação da Região, apesar dos desafios.

Se todas as actividades, projectos e programas de planeados forem energia implementados de acordo com o cronograma, espera-se que a SADC seja auto-suficiente em energia até 2020.

O Monitor de Género e Desenvolvimento da SADC 2016. agora na sua sexta edição, apresenta um relato dos avanços alcançados na implementação dos compromissos regionais para alcançar a igualdade e equidade de género de acordo com o Protocolo da SADC sobre Gênero e Desenvolvimento.

A publicação mostra que a maioria dos países da região fez progressos em direção à igualdade e equidade de género em vários sectores, e todos os Estados Membros aumentaram o número de mulheres em alguns níveis de tomada de decisão, embora não atingindo o objectivo de paridade de 50:50 por 2015.

Para além da governação, o relatório abrange os quadros constitucionais e legais, educação formação, saúde, recursos produtivos e emprego, violência

baseada no género, construção da paz e resolução de conflitos, mecanismos institucionais e meios de comunicação social.

ADC COUN

O estudo de base sobre o Tráfico de Pessoas na Região da SADC destaca a natureza, extensão e impacto do tráfico de pessoas na região.

Treze Estados-Membros da SADC dispõem de legislação específica que aborda a questão do tráfico de seres humanos. Trata-se de Angola, Botswana, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, África do Sul, Seychelles, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

A República Democrática do Congo e a Namíbia estão a consolidar e a adoptar legislação específica neste domínio, uma vez que dispõem de vários diplomas legislativos para o efeito.

Valor Acrescentado: Uma Caixa de Ferramentas de Política para os Estados Membros da SADC efetuarem a Gestão da Transformação Económica e Desenvolvimento da Cadeia de Valor é uma publicação que fornece ferramentas e diretrizes ajudar as interessadas a promover o valor acrescentado, aumentando assim os benefícios de seus produtos.

O Monitor de Energia da SADC e o Monitor do Género e Desenvolvimento da SADC 2016 foram produzidos para a SADC pelo Centro Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) com o apoio da Austríaca Agência Desenvolvimento.

As outras duas publicações foram produzidas pelo Secretariado da SADC com o apoio do Ministério Federal Alemão para a Cooperação Desenvolvimento Económico através da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

Falando lançamento, o Chefe Adjunto da Missão na Embaixada Austríaca em Pretória, Matthias Radosztics, disse que os Cooperação Parceiros de Internacional (ICPs) empenhados em trabalhar com a SADC no avanço da sua agenda de integração.

Ele disse que os parceiros internacionais estão alinhando seu apoio ao Plano Estratégico Indicativo Desenvolvimento Regional (RISDP) 2015-2020 e à Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC 2015-2063.

O alinhamento do apoio aos dois documentos regionais assegurará a boa execução das actividades programas е acordados, promovendo assim o desenvolvimento socioeconómico integração mais profunda.

A Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC 2015-2063 visa acelerar o impulso crescente para o reforço das vantagens comparativas e competitivas das economias da região.

O RISDP o é um plano instrumento quinquenal que orienta a implementação de todos os programas da SADC de 2015 até 2020.



Esforços e benefícios de Integração do género no sector das energias renováveis da SADC

O ACESSO a energia fiável e moderna é fundamental para promover o desenvolvimento socioeconómico e enfrentar os desafios de desenvolvimento na região da SADC, tais como a pobreza, as desigualdades de género e a insegurança alimentar.

O acesso à energia pode ser um factor libertador para as mulheres. A maioria das mulheres e raparigas na região da SADC gastam o seu tempo em tarefas básicas difíceis, não remuneradas e que consomem muito tempo, como a recolha de combustíveis de biomassa, sem acesso a serviços energéticos modernos.

Isto agrava ainda mais as desigualdades de género, dado que muitas mulheres, especialmente nas zonas rurais e periurbanas, não têm acesso a emprego assalariado, educação ou oportunidades de negócio devido a estas responsabilidades, limitando também as opções de interacção social e política fora do lar.

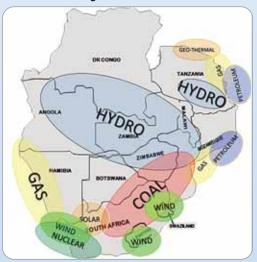
Para destacar o estado geral da aceitação dos serviços de energias renováveis na África Austral, enquanto se avalia as dimensões de género do acesso a estes recursos, o Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC), em parceria com a Unidade de Energia da SADC e com o apoio do Agência Austríaca para o Desenvolvimento (ADA) produziu um relatório sobre os Esforços e Benefícios da Integração do Género no sector de Energia Renovável da SADC.

O relatório - o primeiro deste tipo na África Austral - foi lançado em Agosto e tem como objectivo construir uma forte base de evidências sobre os benefícios da integração da perspectiva de género no sector e apresentar recomendações aos Estados Membros e instituições da SADC para intensificar esforços para desenvolver políticas globais e Diretrizes para a inclusão de mulheres e homens na formulação de políticas energéticas. Alguns dos destaques da publicação são apresentados a seguir.

SADC dotada de fontes de energia renováveis

A África Austral é relativamente bem dotada de recursos energéticos renováveis, e o Mapa [dá uma visão geral dos vários recursos energéticos disponíveis nos Países do continente na SADC. No entanto, as energias renováveis representam apenas 23,5 por cento da produção total de energia na SADC, com a restante proporção sendo produzida a partir de centrais a carvão.

Recursos de Energia, Países do Continente



Apresentação do SAPP no Seminário de Especialistas de Revisão do RISDP, Maio de 2013

As mulheres enfrentam desafios no acesso a serviços de energia renovável

Um dos desafios que a região da SADC enfrenta é o fornecimento de serviços energéticos modernos à sua população, o que tem um impacto muito diferente nas mulheres e nos homens.

As mulheres, especialmente as mulheres rurais, enfrentam continuamente obstáculos relacionados com a energia e são amarradas em servidão pelo tipo de fonte de energia disponível para suas necessidades de cozinha e iluminação.

Os serviços básicos, como a eletricidade para iluminação e as tecnologias de cozinha mais limpas, ainda são um luxo para muitas comunidades rurais, e isso afecta desproporcionalmente as mulheres, que geralmente têm responsabilidades como fornecedoras e utilizadoras final de energia, embora em grandes fazendas a energia também seja usada para irrigação, principalmente por homens.

Há necessidade, portanto, de investir fortemente na pesquisa, recursos e fornecimento de soluções de energia limpa que são vantajosas para as mulheres que são mais atingidas pela falta de energia, o que multiplicam a sua carga de trabalho.

Necessidade de quadros institucionais com perspectiva de género

Para que a África Austral surja como um contribuinte competitivo e eficaz na economia global, tem de ter em vigor políticas regionais de energia renovável, entre outras prioridades de desenvolvimento.

Apesar de vários esforços para desenvolver políticas sólidas, ainda não existem quadros de política energética renovável claramente definidos e planos directores de energias renováveis que permitam um desenvolvimento claro e abrangente deste sector na maioria dos Estados-Membros da SADC.

Os baixos níveis de penetração e utilização de energia renovável em toda a região são em grande parte atribuídos à falta de implementação efectiva de quadros legislativos e regulamentares que apoiariam o desenvolvimento do mercado.

Além disso, há mecanismos institucionais limitados e capacidade técnica em todos os níveis (conhecimento local e capacidade governamental) para implementar com sucesso programas e projectos de energia renovável. Por exemplo, muito poucas mulheres ocupam posições fundamentais de tomada de decisão no que diz respeito ao desenvolvimento energético na região. A Tabela mostra a estrutura de género de alguns membros da Associação Regional de Reguladores de Energia Eléctrica da África Austral (RERA). \square

Estrutura de liderança de alguns membros da RERA

País	Órgão Regulador	Nº de Homens	Nº de Mulheres
Lesotho	Autoridade de Electricidade e Água do Lesotho (LEWA)	3	3
Malawi	Conselho Regulador de Energia do Malawi, MEWA	4	1
Namíbia	Conselho de Controlo de Electricidade	1	3
África do Sul	Regulador Nacional de Energia da África do Sul (NERSA)	5	4
Zâmbia	Conselho Regulador de Energia da Zâmbia	6	1
Zimbabwe	Autoridade Reguladora de Energia do Zimbabwe	3	3

Caso de Estudo da África Ocidental

A COMUNIDADE Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) desenvolveu uma política voltada para o futuro que prioriza abordagens centradas no género e nas mulheres em todas as facetas do desenvolvimento de energia e energias renováveis na região. A CEDEAO considera que os desafios da desigualdade de género no sector energético decorrem quase totalmente da ausência de considerações de género no processo de planeamento e, portanto, procura reconhecer os principais desafios e constrangimentos para a igualdade de género no acesso à energia a três níveis:

- O nível político;
- O nível do fornecedor de energia, seja ele um actor de mercado público ou privado; e
- O nível do consumidor de energia.

A CEDEAO tomou medidas para integrar as energias renováveis nas suas actividades e políticas regionais, principalmente através da criação do Centro de Energia Renovável e Eficiência Energética (ECREEE) da CEDEAO. Através do centro, a região desenvolveu e está em vias de implementar a Política Energética Renovável (EREP) da CEDEAO, que visa alcançar o acesso universal à energia nas zonas rurais, assegurando simultaneamente a segurança

energética, a sustentabilidade e o acesso. O EREP inclui as seguintes medidas relevantes para o género:

- A política identifica o "apoio à igualdade de género" e a participação das mulheres como um princípio orientador para a sua implementação. Serão aplicadas abordagens participativas. A política adoptou uma meta concreta de energia para cozinha (a par da eletricidade), "universalizar a disseminação de fogões de alta eficiência (35 por cento) para a população urbana até 2020." Um objetivo de penetração de 100 por cento foi estabelecido para 2020, e todos os outros fogões serão removidos do mercado e o seu fabrico proibido até 2020.
- A EREP exige que cada Estado-Membro assegure a integração da perspectiva de género através de um Plano de Acção de Género como parte da Política Nacional de Energias Renováveis com objectivos, resultados, actividades, etc. Os países devem promover advocacia para incluir a política e a visão de género no quadro institucional e o ECREEE tem o mandato de desenvolver diretrizes para incorporar o género nas Políticas Nacionais de Energias Renováveis. Nos orçamentos nacionais deve ser estabelecido um orçamento mínimo para as iniciativas de energias renováveis para as mulheres/género. □

Benefícios da integração do género no sector das energias renováveis

VÁRIAS EVIDÊNCIAS ctêm mostrado que a integração do género torna os projectos mais efetivos e resulta em mais benefícios tanto para as mulheres como para os homens.

No sub-sector das energias renováveis, projectos que vão desde a energia para cozinha e o acesso à energia, à construção de infraestruturas eléctricas e petrolíferas, à política energética e ao planeamento começam a demonstrar como a operacionalidade das abordagens de género pode melhorar o desempenho e aumentar os benefícios para homens e mulheres.

A erradicação da pobreza, o aumento da produção de alimentos, a melhoria da saúde e da educação, as oportunidades económicas, o

ambiente mais seguro e a capacitação das mulheres são factores críticos que podem ser enfrentados através da incorporação de género em iniciativas de energia renovável para promover o desenvolvimento económico e social na região.

A integração do género nas energias renováveis tem uma série de benefícios que melhoram os meios de subsistência das mulheres e dos homens.

O uso de energia limpa dá às mulheres e suas famílias um salvamento de condições potencialmente perigosas associadas à queima de formas tradicionais de hiomassa

O acesso a serviços modernos de energia libera o tempo das mulheres e raparigas para se concentrarem em outras actividades económicas e sociais, como investir em actividades empresariais e educacionais.









SADC adopta Protocolo revisto sobre o Género e Desenvolvimento

por Nyarai Kampilipili e Idaishe Chengu

O PROTOCOLO revisto para o avanço da igualdade e equidade de género na África Austral, que foi adoptado pela 36ª Cimeira da SADC em Agosto, procura alinhar o protocolo com questões novas e emergentes.

O Protocolo Revisto da SADC sobre o Género e Desenvolvimento contém novas disposições sobre os desafios emergentes relacionados com género, incluindo mudanças climáticas, casamentos de crianças, saúde reprodutiva sexual e direitos reprodutivos, género nos meios de comunicação social, informação e comunicação.

A nova entrada sobre o género e mudanças climáticas Estados exige que os desenvolvam políticas, estratégias e programas para abordar as questões de género nas mudanças climáticas de acordo com o Protocolo da SADC Ambiente e sobre Meio Desenvolvimento Sustentável.

O artigo 31.º do protocolo insta os Estados-Membros a avaliarem os impactos diferenciados de género das mudanças climáticas e a implementarem medidas eficazes de adaptação e resiliência.

As mudanças climáticas constituem uma ameaça emergente para os meios de subsistência e podem também agravar as ameaças ambientais como o desflorestamento, a escassez de água e a degradação terras, que atingem frequentemente os grupos mais pobres e mais desfavorecidos, especialmente os que dependem de meios de subsistência sensíveis ao clima.

O protocolo revisto também aborda práticas prejudiciais, como casamentos forçados e precoces.

O artigo 8 do Protocolo estipula que "nenhuma criança com menos de 18 anos deve se casar" e outros artigos contrários

aos direitos humanos serão alinhados com os instrumentos de direitos humanos como a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Esta disposição está em conformidade com a decisão da União Africana de fixar a idade mínima para o casamento em 18 anos, em conformidade com a definição de uma criança como qualquer pessoa com idade inferior a 18 anos.

Os casamentos de crianças são um dos factores que contribuem para o lento progresso na redução da mortalidade materna, uma vez que a maioria das mulheres que morrem durante o parto são mães jovens.

O protocolo revisto exige que os Estados Partes, com disposições nas suas constituições ou leis, permitam que os casamentos de crianças sejam revistos, com o objectivo de erradicar o casamento de crianças.

Para combater as violações que afectam a saúde reprodutiva e sexual das mulheres, os Estados Membros são instados a desenvolver e implementar políticas e programas para atender às necessidades de saúde mental, sexual e reprodutiva de mulheres e homens.

O protocolo insta os Estados-Membros a garantirem a prestação de serviços de higiene e instalações sanitárias e às necessidades nutricionais das mulheres, incluindo as mulheres na prisão.

O artigo 5º do protocolo revisto insta os Estados-Membros a adoptarem medidas especiais, em especial para as mulheres, a fim de eliminar todos os obstáculos que as impedem de participar de forma significativa em todas as esferas da vida e criar um ambiente favorável para essa participação.

O protocolo tem agora linguagem neutra de género que garante políticas de inclusão de género para homens e mulheres. O Artigo 10 exorta, por exemplo, a protecção legislativa para viúvas e viúvos, e agora fala de igual proteção tanto para maridos quanto para esposas, enquanto o artigo 11 inclui agora a exigência de protecção para rapazes e raparigas.

De acordo com o Monitor do Género e Desenvolvimento da SADC 2016, os homens ainda estão dominando a cobertura de notícias e, embora os órgãos de comunicação social integrem o género nas suas políticas, o número de mulheres que participam nos órgãos de

comunicação social na maioria dos países continua a ser baixa.

O protocolo revisto aborda esta questão, apelando à igualdade de representação de homens e mulheres nas estruturas de tomada de decisão nos meios de comunicação social e de propriedade das empresas de comunicação social.

As disposições do protocolo revisto estão alinhadas com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs) adoptados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) no final de Setembro, que fornecem objectivos e metas essenciais que buscam posicionar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres no centro da agenda global.

O protocolo revisto já não tem prazos específicos para a implementação de metas específicas. Por exemplo, o objectivo de paridade de 50:50 de representação igualitária na tomada de decisões nos sectores público e privado não é mais especificado no protocolo.

Os Estados Partes assegurarão a representação "igual e efectiva" das mulheres nos cargos de tomada de decisão nos sectores político, público e privado, incluindo o uso de medidas especiais nos termos do artigo 5°. O protocolo revisto agora faz referência a "medidas especiais" e não a "acção afirmativa".

O artigo 5º insta os Estados Partes a estabelecerem medidas especiais com especial referência às mulheres, a fim de eliminar as barreiras que impedem as mulheres de participarem de forma significativa em todas as esferas da vida e criar um ambiente propício para essa participação.

A promoção da igualdade de género é um dos principais pilares da Agenda 2063 da UA, destacando-se em todas as sete aspirações para o continente nos próximos 47 anos.

Situação da assinatura e ratificação do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento

O PROTOCOLO sobre Género e Desenvolvimento da SADC entrou em vigor em 2013 após a ratificação de pelos dois terços dos Estados-Membros.

Os Estados membros da SADC que ratificaram o protocolo e são, por conseguinte, partes no protocolo, são Angola, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. A sua tarefa agora é domesticar o Protocolo através da legislação nacional para que se torne numa Lei a nível nacional.

No momento da ratificação, três outros Estados-Membros eram signatários do Protocolo, mas ainda não tinham ratificado (República Democrática do Congo, Madagáscar e Malawi), ao passo que o Botswana e as Maurícia ainda não tinham assinado.



Edgar Lungu investido como Presidente Zambiano

"AS ELEIÇÕES terminaram... Sabemos que as eleições, como qualquer outra empresa competitiva, têm a capacidade de trazer à tona os aspectos mais egoístas da nossa humanidade".

"Aproveitemos a oportunidade para superar os diferentes pontos de vista que nos dividiram. A tentação de acreditar que apenas as nossas soluções são as melhores é uma deficiência humana enraizada.

Estas palavras foram ditas pelo recém-reeleito presidente da Zâmbia, Edgar Lungu, a 13 de Setembro, durante a sua cerimónia investidura, onde alargou um ramo de oliveiras à oposição e apelou à paz e à unidade nacional.

A "prosperidade para tudo não pode conseguida num ambiente animosidade. Sem paz, não pode haver desenvolvimento. Sem paz, as nossas actuais conquistas podem facilmente ser minadas, sem paz, não pode haver estabilidade na nação", disse ele, acrescentando que "é somente num ambiente pacífico que podemos construir sobre nossas conquistas e alcançar maior prosperidade para todos.'

O Presidente Lungu disse que vai garantir todos os Zambianos, apesar das afiliações políticas, se beneficiem das várias actividades socioeconómicas, programas e projectos iniciados pelo governo.

"A Zâmbia pertence a todos nós que vivemos e trabalhamos nela... Mesmo aqueles que não votaram em mim, eu não vou lhes decepcionar."

Ele disse que a sua prioridade será

melhorar as principais áreas da agricultura, economia, incluindo serviços de saúde e educação, bem como diversificar a economia, que depende principalmente da mineração de cobre.

"Quero liderar uma revolução verde que deve culminar na segurança alimentar nacional sustentável a partir de acções individuais de cada um de nós", disse ele.

"A nossa nova missão deve agora também dar-nos a habilidade e a confiança para sermos donos do nosso próprio destino. Precisamos de começar a liberar definitivamente a nossa economia da actual mono-economia dominada pela mineração de cobre. Neste novo mandato devemos promover e sustentar a agricultura para se tornar um dos principais impulsionadores do nosso programa de diversificação ".

Sobre os casos de violência testemunhados na era pré e póseleitoral, ele disse que "um inquérito para identificar a causa e os perpetradores da violência pós-eleitoral" seria realizado "para que a nação possa aprender com esses erros".

Lungu, que é líder da Frente Patriótica (PF), venceu as eleições presidenciais de 11 de Agosto, depois de obter 1.860.877 votos contra 1.760.347 do seu rival mais próximo, Hakainde Hichilema, do principal partido da oposição, o Partido Unido para o Desenvolvimento Nacional (UPND).

No entanto, sua cerimónia de juramento foi adiada por cerca de um mês depois de Hichilema ter interposto um recurso judicial contestando o resultado da votação e exigindo que Lungu fosse desqualificado pela manipulação e incitação a violência.

O Tribunal Constitucional da Zâmbia rejeitou o pedido a 09 de Setembro, tendo Hichilema recorrido depois ao Tribunal Supremo da Zâmbia que também rejeitou o pedido a 12 de Setembro, abrindo o caminho para a cerimônia de investidura realizada a 13 de Setembro, com a presença de líderes da região e de toda a África.

De acordo com uma lei introduzida em Janeiro, o vencedor de uma votação presidencial não pode ser investido se sua vitória for contestada em tribunal.

Os votos obtidos por Lungu foram suficientes para garantir pelo menos 50 por cento dos votos válidos conforme a emenda à Constituição da Zâmbia adoptada em Janeiro.

Lungu obteve 50.3 por cento dos votos válidos enquanto Hichilema conseguiu 47.67 por cento dos votos.

De acordo com a anterior Constituição da Zâmbia, o presidente era eleito usando o sistema eleitoral de Pluralidade em Círculo Uninominal ou 'Primeiro à Chegada', no qual o candidato com o maior número de votos era eleito, mesmo se obtivesse menos de 50 por cento dos votos válidos.

A companheira de campanha de Lungu, Inonge Wina, foi investida como vice-presidente, a primeira mulher a ocupar o cargo.

No passado, o vice-presidente era nomeado pelo presidente. A introdução



de companheiros de campanha ao abrigo da nova Constituição permitirá que o vice-presidente assuma o cargo em caso de incapacidade do Presidente para liderar o país.

Ao abrigo da emenda constitucional, o vice-presidente pode assumir o poder para o restante do mandato do presidente.

Tal desenvolvimento evita a necessidade de eleições antecipadas, como aconteceu no ano passado, após a morte do presidente Michael Sata, em Outubro de 2014. Eleições antecipadas também foram realizadas em Outubro de 2008, após a morte do Presidente Levy Mwanawasa em Junho do mesmo ano.

Lungu, que assumiu o cargo em 2015 após a morte do ex-presidente Michael Sata em 2014, torna-se o sexto Presidente da Zâmbia desde que o país obteve sua independência da Grã-Bretanha a 24 de Outubro de 1964. □

Oposição vence eleições parlamentares das Seychelles

O POVO das Seychelles votou pacificamente numa eleição parlamentar histórica nos dias 8-10 de Setembro que viram uma coligação da oposição a ganhar a maioria dos assentos no parlamento pela primeira vez na história da nação da ilha.

De acordo com os resultados finais divulgados pela Comissão Eleitoral das Seychelles (ECS), a coligação Linyon Demokratik Seselwa (LDS) conquistou 15 lugares eleitos diretamente e quatro assentos proporcionais, enquanto o partido no poder, Partido Lepep, obteve 10 lugares eleitos diretamente e quatro assentos proporcionais.

Úm terceiro partido, o Movimento Patriótico das Seychelles, obteve zero assentos.

A coligação LDS é formada por quatro partidos - o Partido Nacional das Seychelles, o Lalyans Seselwa (Seychellois Alliance), o Partido das Seychelles para a Democracia e Justiça Social e o Partido Unido das Seychelles.

Este resultado significa que a sexta Assembleia Nacional terá 19 membros do LDS e 14 do Partido Lepep.

Nas últimas eleições parlamentares realizadas em 2011, o Partido Lepep detinha todos os 25 lugares directamente eleitos e mais sete lugares proporcionais.

À Assembleia Nacional das Seychelles é composta por 25 assentos directamente eleitos e oito cadeiras proporcionais.

Um total de 62.939 pessoas, dos 71.932 eleitores registrados, votaram nas eleições históricas de Agosto, representando uma participação de eleitores de mais de 87%. As Seychelles tem uma população de cerca de 93.000 pessoas.

Como tem acontecido em todas as eleições nas Seychelles, os eleitores das chamadas "ilhas exteriores" votaram nos dois primeiros dias, seguidos pelas "ilhas interiores" Mahe, Grande Anse e La Digue, onde vive mais de 90% da população das Seychelles.

Este sistema de votação facilita a conclusão da votação atempada e garante que as cédulas das ilhas exteriores sejam entregues de volta à principal ilha de Mahe, onde ocorre o apuramento dos votos e o anúncio do resultado final.

A nação do arquipélago é composta de 115 ilhas, algumas localizadas a 1.000 quilómetros da ilha principal de Mahe.

Os resultados eleitorais divulgados pelo ECS significam que o partido no poder, o Partido Lepep, perdeu a eleição pela primeira vez desde que o país reintroduziu a política multipartidária em 1993. O partido estava no poder há mais de 23 anos.

Em Dezembro de 2015, o candidato presidencial do partido, James Michel, foi forçado a uma segunda volta depois de nenhum candidato ter acumulado votos suficientes para ser declarado vencedor após as eleições presidenciais reescalonadas no mesmo mês em vez da data original de 2016.

Alguns analistas consideraram o reescalonamento das eleições para Dezembro de 2015 como uma manobra do Presidente Michel para gerir a instabilidade dentro do partido, já que alguns membros de seu partido haviam manifestado abertamente desconforto com as suas políticas.

A segunda volta de Dezembro de 2015 foi a primeira da história da nação insular. Em eleições anteriores, o partido no poder conquistou confortavelmente todas as eleições presidenciais na primeira volta.

A desunião dentro do partido no poder pode ser parte a razão por detrás da vitória da coligação da oposição nas eleições parlamentares acabadas de terminar.

O líder da LDS, Roger Mancienne, disse que o resultado marca "um passo histórico" no desenvolvimento do país.

"É histórico porque é a primeira vez que temos uma transição de poder num dos ramos do governo - a legislatura", disse ele, acrescentando que a transição também ocorreu de forma pacífica e ordeira.

O Presidente Michel reconheceu a derrota nas eleições, dizendo que está pronto para trabalhar com os novos membros do parlamento.

"O povo falou, o povo decidiu e a decisão do povo é suprema e o meu partido respeita a opinião do povo", disse ele.

As eleições parlamentares nas Seychelles são

realizadas a cada cinco anos, e as próximas estão marcada para 2021. □



OBSERVADORES ELEITORAIS destacados para as Seychelles disseram que as eleições foram realizadas em confirmação com as normas regionais e internacionais.

A Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) disse estar satisfeita com o nível de preparação do país para as eleições para a Assembleia Nacional de 2016, bem como pela forma como as pessoas votaram no Dia das Eleições.

As expectativas da SEOM foram guiadas e medidas principalmente em obediência as provisões e requisitos da Constituição das Seychelles, bem como do Tratado da SADC e do Protocolo da SADC sobre Política, Defesa e Cooperação de Segurança ".

A Missão de Observação da União Africana (UA) concordou dizendo que a paz e a estabilidade devem ser sempre mantidas, pois é a pedra angular do desenvolvimento socioeconómico. \square

Presidente das Seicheles Renúncia

O PRESIDENTE das Seychelles, James Michel, renunciou em Outubro, após 12 anos no poder.

Michel não apresentou os motivos para sua renúncia, mas a sua renúncia teve lugar após as eleições

parlamentares em que a coligação da oposição Linyon Demokratik Seselwa assumiu o controlo da legislatura, pela primeira vez na história, depondo a Partido Frente Progressista do Povo, conhecido por Lepep.



Dança Reed – Um evento cultural que resistiu ao teste do tempo

por Kizito Sikuka

DAS actividades **UMA** realizadas a margem da 36ª Cimeira da SADC em Mbabane, no Reino da Swazilândia, foi a danca anual Reed.

Estima-se que 100 mil jovens tenham participado dessa cerimónia cultural conhecida por Umhlanga, de acordo com o superintendente assistente interino do evento, Sijabulisa Ndzinisa.

A Swazilândia tem uma população de pouco mais de 1,1 milhões.

Mas o que é exatamente a dança Reed, um evento que resistiu ao teste do tempo e manteve o seu glamour e cor, atraindo mais participantes e visitantes a cada ano?

Na verdade, o festival de oito dias desafiou o aparente declínio da cultura tradicional em muitas partes da África e do mundo.

Comemorada no final de Agosto ou início de Setembro de cada ano, a dança Reed envolve o corte de bambus, por parte de raparigas, que então apresentam à Rainha Mãe para reparar a sua residência real - e depois dançam comemoração.

> Este gesto das jovens, que não devem ter filhos ser casadas, significa a preservação da sua castidade, um tributo de trabalho à Rainha Mãe, e mostra solidariedade ao trabalho conjunto.

No primeiro dia do festival, as raparigas oriundas mais de 200 regulados do Reino da Swazilândia reúnem-se na aldeia real da rainha-mãe.

No segundo dia, elas são separadas em dois grupos - um composto por raparigas com idade entre 14 e 22 anos e outro compreendendo meninas com idades entre 8-13 anos.

Estes grupos são enviados para a floresta na parte da tarde para irem cortar bambus. As meninas dormem na floresta.

O corte dos bambus é feito no terceiro dia enquanto na tarde do quarto dia, as meninas retornam à vila real da Rainha Mãe.

Um dia livre é fornecido no quinto dia para permitir que as meninas possam descansar, como fazer preparativos finais dos seus trajes. Apresentações bambus, que é seguida pela dança, é realizada no sexto e sétimo dias.

No dia oitavo e último, o Rei Mswati III ordena o abate de gado para a refeição das raparigas.

A participação na dança Reed é opcional e as raparigas Swázis mais novas se orgulham pelo evento.

De acordo com a história dança Reed Swázi, a desenvolveu-se a partir de um velho costume umewsho, onde todas as meninas eram colocadas num regimento de idade feminina, e se alguma delas ficasse grávida fora do

casamento, a sua família era obrigada a pagar uma multa.

Esta tradição desencorajar o sexo antes do casamento - uma forma importante de campanha, particularmente agora quando a comunidade global está lutando com desafios sobre como lidar com a pandemia de HIV e SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis.

Ocasionalmente, o Rei pode usar a oportunidade para escolher uma nova esposa. No entanto, deve-se notar que a proposta para a rapariga deve ser feita com muitos meses de antecedência da selecção, daí que a dança Reed fornece uma plataforma para apresentar a nova rainha ao público.

Apesar da dança Reed ser um dos maiores e mais espetaculares eventos culturais da África, também recebe especialmente na imprensa ocidental, que tende a retratar o festival como tendo um significado ínfimo para além de mostrar jovens virgens que o rei deve escolher para ser a sua nova esposa.

No entanto, a dança Reed, que foi realizada em 29 de Agosto, é uma experiência que mostra aos visitantes a rica cultura Swázi.

Pouco pode preparar um visitante para contemplar o esplendor da parada na terra de Ludzidzini, onde se funde uma imersão esmagadora do ruído e cor, e as raparigas a cantar e a balançar o corpo animadamente

com figurinos deslumbrantes cantando no melhor estilo tradicional.

A Swazilândia teve sucesso numa área onde muitos falharam em criar uma nação que se orgulhe da sua cultura e herança. *sardc.net* □

PARA REFORÇAR o papel central desempenhado pela cultura na integração regional e na cooperação entre os Países, a SADC adoptou o Protocolo sobre Cultura, Informação e Desporto em 2001. O Protocolo é orientado pelos seguintes princípios gerais:

- Esforçar-se desenvolver políticas e programas nas áreas de informação, cultural e desporto;
- Reunir recursos (competências, infraestruturas) dos Estados-Membros; e;
- Comprometer-se a reforçar a identidade regional na diversidade e o direito de acesso à informação e participação nas áreas da cultura, da informação e do desporto por parte de todos os cidadãos.

O Protocolo apela para a cooperação nas áreas de formação, capacitação institucional e pesquisa, mobilização de recursos, formulação de políticas linguísticas, preservação do patrimônio cultural e festivais de artes e cultura.



É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guião para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral

Secretariado da SADC, SADC House, Private Bag 0095, Gaborone, Botswana Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070 E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaberone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte

FDITOR

Munetsi Madakufamba

COMITÉ DE RÉDACTION

Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Egline Tauya, Admire Ndhlovu, Phyllis Johnson, Danai Majaha, Shirley Pisirai, Nyarai Kampilipili, Tanaka Chitsa

TRADUTOR

Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria. © SADC, SARDC, 2016

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO Tonely Ngwenya, Anisha Madanhi

FOTOS E ILUSTRAÇOES

P1 redpepper.com, businessinsider.com, thepost.com; P4 ytimg.com; P5 sundaynews.com, cfia,thestandard.com; P6 D Majaha SARDC; P8 SARDC; P11 newafricabusinessnews, newzimbabwevision.com; P12 newsweek.com, yimg; P13 africametro.com; P14 D Majaha SARDC; P16 durbangov.za, kiwi.com

Subscreva Hoje ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

> A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao sadctoday@sardc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral

15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe Tel +263 4 791 141 Fax +263 4 791 271

> www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolmento









Este documento foi produzido no ámbito de um projecto financiado pela Agência Austríaca para o Desenvolvimento / Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento A responsabilidade do conteúdo desta publicação recai interiamente ao autor; as informações o opinões expressas não refletem necessariamente a opinão oficial da Agência Austríaca para o Desenvolvimento / Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento.







Outubro - Dezembro 2016

Outubro

24 Sept-5 Oct, África do Sul

17^a Conferência de Partes da CITES

Esta será a quarta reunião das Partes na Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), a decorrer em África desde a entrada em vigor da CITES a 1 de Julho de 1975. As Partes tomarão decisões sobre medidas para acabar com o tráfico ilícito de animais selvagens bem como considerar propostas para listar outras espécies para o controlo comercial da CITES ou alterar a situação das actuais

5-6, África do Sul

Seminário de validação da Estratégia e Plano de Acção para a Energia Renovável e a Eficiência Energética da SADC (REEESAP)

O Seminário reunirá as partes interessadas na energia da SADC para deliberar e validar a REEESAP. A REEESAP procura aumentar a captação e eficiência de energia renovável na região.

13, Malawi

41ª Reunião do Comité Executivo do SAPP

O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) irá discutir formas de melhorar a situação energética na região para garantir que seja satisfeita a procura de electricidade. O SAPP é um órgão regional que coordena o planeamento, a produção, a transmissão e a comercialização de electricidade em nome das empresas de serviços públicos de electricidade nos Estados-Membros da SADC no continente.

13-14, África do Sul

Seminário das Organizações das Bacias Hidrográficas SADC Representantes de organizações de bacias hidrográficas na SADC vão se reunir em Joanesburgo para discutir questões pertinentes, como as mudanças climáticas e partilhar experiências sobre respostas a este e outros desafios.

19-20, Zâmbia

Fórum de Comerciantes e Gestores do Sistema de Energia do SAPP

Comerciantes e gestores do sistemas de energia membros do SAPP vão se reunir para discutir várias questões de intercâmbio, comércio e controlo do sistema de energia, como a participação no mercado do Dia Antecipado, distúrbios do sistema e como melhorar a comunicação entre os serviços públicos.

Novembro

7-11, Lesotho

Conferência anual da RERA

Com o tema "Fornecer o Acesso Universal e Desenvolvimento Sustentável através das Energias Renováveis: Desafios e Oportunidades para a Região da SADC", a conferência constitui uma oportunidades para as partes interessadas estabelecerem uma rede e trocarem informações sobre questões pertinentes da indústria de fornecimento de electricidade na África Austral.

7-18. Morrocos

CCNUCC COP 22

A 22ª sessão da Conferência das Partes (COP 22) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC) e a 12ª sessão da Conferência das Partes do Protocolo de Quioto pretende que os líderes globais prossigam com as negociações com vista a um consenso global sobre a abordagem dos impactos das mudanças climáticas.

15, Etiópia

Décimo Fórum Africano de Desenvolvimento

O Fórum constitui uma plataforma para diversos intervenientes multissectoriais debaterem e proporem estratégias concretas para o desenvolvimento de África. O Décimo Fórum Africano de Desenvolvimento será realizado sob o tema "Migração e Transformação de África" em reconhecimento do papel central da migração como um facilitador para um desenvolvimento inclusivo e sustentável baseado em iniciativas de desenvolvimento africanas.

Dezembro 5-7, Nigéria

Conferência Económica Africana

A conferência anual deste ano centra-se no tema "Alimentar a África: Rumo à Industrialização Agro-Aliada para o Crescimento Inclusivo". O evento será uma oportunidade para discutir a transformação agrícola da África, apresentando a mais recente evidência empírica sobre como impulsionar a agro-industrialização para alimentar a África e promover o crescimento inclusivo. Formuladores de políticas, pesquisadores e profissionais do desenvolvimento de África e de todo o mundo vão se reunir para fazer contribuições estratégicas para acelerar o desenvolvimento industrial Agro-Aliado. A conferência é organizada conjuntamente pelo Banco Africano de Desenvolvimento, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pela Conferência Económica Africana.

HISTÓRIA HOJE

30 anos 19 Outubro 1986



Botswana comemora jubileu dourado

O BOTSWANA celebrou 50 anos de independência a 30 de Setembro de 2016.

O caminho para a independência não foi fácil, e pode ser rastreado até os anos 1800 quando as invasões Zulu e Boer, da África do Sul, forçaram três chefes Tswana, Khama, Bathoen e Sebele I, a fazer um pacto estratégico para buscar uma situação de protetorado com a Grã-Bretanha .

Em janeiro de 1885, o protetorado britânico de Bechuanaland foi estabelecido sob o Alto Comissário para África do Sul, com os Ingleses esperando que seriam absorvidos na união da África do Sul. Mas Khama tinha outras ideias. Ele manteve o controlo da governanção neste enorme País, mas com pouca densidade populacional, enquanto os britânicos protegiam as fronteiras.

As mortes de Khama, em 1923, e do seu filho Sekgoma, em 1926, puseram em movimento os acontecimentos históricos que agora fazem parte integrante da história moderna do Botswana. Com quatro anos de idade, Seretse Khama sucedeu o seu pai e o seu tio, Tshekedi Khama, assumiu o poder real, enquanto Khama estudava no estrangeiro.

Tshekedi iniciou uma série de eventos que levaram à deserdação temporária de Seretse, que foi forçado a se retirar como Chefe porque se casou com uma mulher britânica branca, Ruth Williams.

Khama foi banido na Grã-Bretanha, voltando ao Botswana apenas em 1956, onde começou um movimento político para a mudança. Em 1962, ele formou o Partido Democrático do Botswana (BDP) e fez campanha por uma sociedade não-racial e democrática que reconheceu e deu papel aos chefes tradicionais

A 30 de Setembro de 1966 nasceu a República independente do Botswana.

Recordando o Presidente Samora

O PRIMEIRO presidente de Moçambique, Samora Moisés Machel, é um símbolo de liberdade no seu país e em toda a África Austral.

Machel apoiou a libertação da região do domínio colonial, antes e depois do

seu próprio País ganhar a independência em 1975. Machel e outras 33 pessoas, incluindo alguns de seus assessores mais próximos,

Machel e outras 33 pessoas, incluindo alguns de seus assessores mais próximos, morreram quando o avião presidencial, voltando de uma Cimeira na Zâmbia, caiu em Mbuzini, na África do Sul, a 19 de Outubro de 1986.

A causa do acidente não foi oficialmente determinada, embora evidências circunstanciais significativas apontem para um rádio de ajuda a navegação falso colocado pelo antigo regime de apartheid na África do Sul para desviar o avião da sua rota.

O Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, disse que a verdade por trás do incidente que matou a vida de Machel se tornará clara.

"Samora Machel era um herói nacional para Moçambique. Ele é uma referência histórica importante para o povo de Moçambique, África do Sul e do mundo ", disse ele durante uma cerimônia realizada a 17 de Outubro, em Mbuzini, para comemorar o 30 ° aniversário da trágica morte do líder moçambicano.

O vice-Presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, descreveu Machel como um verdadeiro pan-africanista que sacrificou o bem-estar do seu próprio povo para acolher pessoas de outros Países que estavam lutando contra o jugo da opressão.

"Ele acolheu incondicionalmente os combatentes da libertação em Moçambique e dedicou a sua vida à completa emancipação da África Austral. Ele continua a inspirar-nos a construir uma sociedade livre de preconceito, racismo, patriarcado e exploração ", disse Ramaphosa, acrescentando que a África do Sul tem uma enorme dívida de gratidão ao povo de Moçambique pelo seu apoio moral, político e material incondicional ao seu movimento de libertação.

A cerimônia oficial para comemorar o aniversário da morte de Machel é tradicionalmente realizada em Mbuzini, local do acidente, dentro do território sul-

africano.

O memorial em Mbuzini está empoleirado em uma colina isolada e tem, embutido em uma base de cimento, 34 pilares verticais de aço, um para cada pessoa que morreu. Eles lançam longas sombras sobre a base, e o vento causa um sussurro permanente através de pequenas incisões nos pilares.

A comemoração do 30º aniversário foi lançada em Junho pelo Presidente moçambicano, Filipe Nyusi, durante o 41º aniversário da independência do País.

O Presidente Nyusi disse que o seu governo continuará "renovando o compromisso de preservar a verdade e a liberdade, os nobres ganhos da luta dos moçambicanos". Ele disse que Machel continuará a inspirar toda a nação e o resto da África.

"Samora Machel era muito mais do que o fundador de uma nação livre e independente ...", disse ele, acrescentando que "ele continua sendo uma pedra angular do nosso orgulho em sermos o que somos". Ele disse que "30 anos depois do seu desaparecimento físico, os seus ensinamentos continuam" a inspirar o País.

"Machel ganhou admiração e respeito pela sua integridade e estatura moral, bem como pelo seu humanismo, que superou as barreiras de fronteiras, raça, tribo, género ou religião", disse ele. Machel foi o líder da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), que derrubou a administração colonial portuguesa através da guerra

de guerrilha.

Machel tornou-se o primeiro Presidente de Moçambique, após a independência a 25 de Junho de 1975, e o seu governo acomodou combatentes da libertação da África do Sul e do Zimbabwe que ainda lutavam para derrubar os regimes de apartheid e Rhodesiano. sardc.net

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Outubro - Dezembro 2016

0 0 0 0 0	2 020111010 201	
4 Outubro 4 Outubro 14 Outubro 15 Outubro 24 Outubro 30 Outubro	Dia da Paz e Reconciliaç Dia da Independência Dia do Mwalimu Julius I Dia das Māes Dia da Independência Divali	Lesotho
1 Novembro	Dia de Todos os Santos	Madagascar, Maurice, Seychelles
2 Novembro 11 Novembro 8 Dezembro 9 Dezembro 10 Dezembro 16 Dezembro 22 Dezembro 25 Dezembro	Dia da Família	Angola lacional Angola o Seychelles Tanzânia ireitos Humanos Namíbia África do Sul al Zimbabwe Todos os Países da SADC, o Botswana, Malawi, Zâmbia Angola, Moçambique
26 Dezembro	Dia de Natal Dia do Incwala Dia do Boxe	Botswana, Malawi, Zâmbia Swazilândia Lesotho, Swazilândia, Tanzânia, Zimbabwe
27 Dezembro	Feriado Público	Botswana, Malawi, Zâmbia

